

País gasta mal verbas de programas sociais

Debatedores do Fórum Nacional também criticam gastos feitos com a educação

ROLF KUNTZ

RIO — Sem crescimento econômico não haverá redução da pobreza, mas, sem políticas para diminuir a pobreza, não haverá expansão duradoura. O Brasil não tem o capital humano requerido pelo novo paradigma industrial: só 40% dos trabalhadores da indústria têm curso primário completo, cerca de 30% são analfabetos e os demais são incapazes de entender um manual de instruções. O Brasil, porém, não gasta pouco em educação e em programas sociais: na segunda metade dos anos 80, chegou a gastar 25% do PIB, mais do que a Coreia, mas muito mal. Foi este o mote dos debates de ontem, no VI Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae).

Trabalhadores de pouca educação e até analfabetos "funcionais", isto é, incapazes de entender um manual simples, podiam ser aproveitados no estilo anterior de industrialização, mas não servem mais, disse o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso. Os pontos mais fracos do sistema estão no ensino básico e na formação média. No Brasil, 60% dos alunos inscritos no curso primário conseguiam concluí-lo em 1960. Em 1980, apenas cerca de 30% completavam os quatro anos. Na Coreia, o índice pulou de 35% em 1955 para 95% em 1966.

Como o Brasil gastou muito em programas sociais, a maioria dos indicadores melhorou nas fases de crescimento econômico, apesar do enorme desperdício. "O problema não é a melhoria dos indicadores", disse Velloso. "É estarmos onde ain-



Alexander Landau/AE

Reis Velloso: "O problema é estarmos onde ainda estamos"

da estamos, apesar de todos os gastos." Existe o atraso não por escassez de verbas, mas porque falta conteúdo social nas políticas sociais brasileiras, segundo o ex-ministro: cerca de 80% dos recursos normais do Ministério da Educação acabam sendo consumidos em universidades, enquanto 85% das despesas com saúde vão para a medicina curativa e só 15% para a preventiva (saúde pública). Os 20% mais pobres da população só recebem 6% dos gastos sociais.

**OS 20% MAIS
POBRES RECEBEM
6% DAS VERBAS
SOCIAIS**

Isso explica por que o crescimento parece mais eficaz para a redução da pobreza, no Brasil, do que os programas de combate à miséria. "Na década

de 70, enquanto o PIB per capita cresceu 81%, a pobreza no país se reduziu de 45 milhões (47% da população) para 30 milhões (25%)", disse Roberto Cavalcanti de Albuquerque, do Inae. "Na década passada", continuou, "o PIB per capita declinou 4% e a pobreza se elevou para 39 milhões (27% da população)". Pobre, nesta classificação, é quem faz parte de uma família com renda mensal per capita abaixo de US\$ 35 (ou US\$ 420 por ano). Desde me-

dos dos anos 70, os programas de combate à pobreza consumiram, no Nordeste, US\$ 4 bilhões. Entre 1980 e 1990, porém, o número de pobres no Nordeste aumentou de 11 milhões (66% da população) para 12,6 milhões (69%).

O crescimento econômico, porém, é mais eficaz para combater a pobreza nas regiões que já são menos pobres. Seus efeitos, segundo Roberto Cavalcanti de Albuquerque, "são muito significativos no Sudeste metropolitano, relevantes no Nordeste urbano e pouco expressivos no Nordeste rural". Isso ocorre porque certos pobres — aqueles com alguma educação e treinamento — são mais capazes de aproveitar as oportunidades criadas pela expansão econômica. Os da parte mais baixa da escala terão de ser puxados para cima, com programas especiais.

O velho modelo de política social está falido, tanto quanto o "nacional-desenvolvimentismo", disse Velloso. O novo modelo deve ser menos assistencialista, menos vulnerável ao clientelismo e com maior conteúdo social efetivo. Os constituintes de 1988 foram na direção oposta, segundo o ex-ministro, criando um Orçamento da Seguridade "que ameaça transformar-se num saco sem fundo" e tornando o Estado financeiramente inviável.